

Fórum vira debate entre partidos e a sociedade

CORREIO BRAZILIENSE

21 MAR 1991

Os partidos de esquerda, sob a liderança do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), decidiram transformar o Fórum do Consenso Nacional em Fórum Nacional de Debates, proporcionando as discussões apenas entre os partidos e a sociedade. Desta forma, o Fórum não será mais dirigido pelos presidentes do Senado e da Câmara, Mauro Benevides (PMDB-CE) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e sim por um colegiado de líderes, em sistema de revezamento. Assim, Collor terá seu **Projeto** incluído numa extensa pauta de assuntos e Quéricia (PMDB-SP) perdeu o parlance que pretendia armar no prédio do Congresso.

A reunião de ontem do Fórum, realizada no plenário do Senado, foi uma das sessões legislativas mais conturbadas dos últimos anos, só encontrando similar nos tempos da Assembléia Constituinte. A sessão foi diversas vezes interrompida, numa delas obrigando o deputado Ibsen Pinheiro a abandonar a mesa da presidência para juntar-se ao grupo que fazia uma discussão paralela. O grupo cercava o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB no Senado, que redigiu, ao final, sugestões para o regimento do Fórum.

A presidência das sessões do Fórum, passa, a partir da próxima sessão, a ser exercida, rotativamente, pelos líderes de todos os partidos envolvidos na tentativa de encontrar alternativas para a crise econômica do País. O objetivo principal do Fórum passou a ser, com a reformulação, o combate à recessão e ao desemprego. Havendo entendimento com segmentos organizados da sociedade que serão convidados a participar das reuniões, as propostas de projetos serão encaminhadas para as 13 comissões técnicas da

Câmara e as seis do Senado.

Temas— O Fórum Nacional de Debates não formulou seu temário definitivo. Isso acontecerá provavelmente hoje, se os líderes dos partidos encontrarem tempo suficiente para uma reunião demorada. Cada partido encaminhará, ao colegiado de líderes, suas propostas. O PMDB, através de seu líder, deputado Genebaldo Correia (BA), entregou as sugestões ontem mesmo: organização de dois grupos de exame das questões, um tratando de problemas de solução imediata, como política salarial, e outro, para questões de abordagem mais complexa e demorada.

O mais urgente, para o PMDB, é a questão financeira, que inviabiliza atividades produtivas, como a agricultura e mesmo a produção industrial; o Plano de Custeio da Previdência Social, supostamente inviabilizado por uma política salarial que cubra a corrosão salarial dos últimos 12 meses;

e a chamada política de renda — preços e salários. A proposta encontrou simpatia em praticamente todos os partidos, inclusive os de esquerda, PCB, PC do B e PT.

O vice-líder do PT, deputado (e economista) Aloízio Mercadante, de São Paulo, propôs um temário de 15 assuntos, sem estabelecer a escala de prioridades: política de rendas; Plano de Custeio da Previdência; papel do Estado na economia; lei eleitoral e reordenamento das instituições; reforma fiscal — imposto sobre fortunas; reforma agrária e política agrícola; política industrial e de ciência e tecnologia; democratização dos meios de comunicação; violência e direitos humanos; dívida externa — negociação sob controle do Senado reforma urbana e transporte coletivo; desenvolvimento regional — priorizando o Nordeste; meio ambiente; sistema de governo — parlamentarismo x presidencialismo.